



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2022

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO

ATÉ MARÇO

ABRIL 2022

ÍNDICE

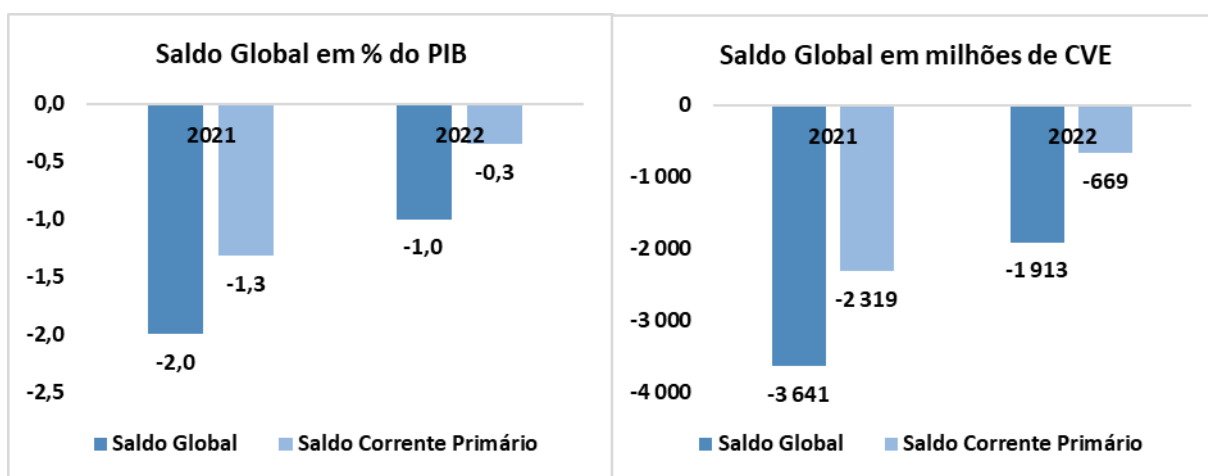
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	2
2.	Análise das Receitas Totais	4
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	5
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	8
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	8
3.1.	Por Classificação Económica	8
3.1.1.	Despesas	9
3.1.2.	Ativos Não Financeiros	12
3.2.	Por Tipo de Financiamento	12
4.	Projetos em Resposta à Covid-19	13
5.	Dívida Pública	14

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global apurado para o mês março de 2022 foi de 1.913,2 milhões de CVE negativos, ou seja, um défice de 1,0% dado ao PIB reprogramado pelo Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial (MFFE). Esse resultado se traduziu numa diminuição de 1,0 p.p. face ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 1,0 p.p., comparativamente ao período homólogo, fixando-se em -0,3%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB. No quadro fiscal, os efeitos da guerra na Ucrânia ainda não se fazem sentir no primeiro trimestre de 2022.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental em março de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do acréscimo das receitas totais em 31,5% (+2.671,3 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados, com exceção das transferências;
- do acréscimo das despesas totais em 8,4% (+1.002,8 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque as despesas com

- o pessoal, aquisições de bens e serviços, juros, subsídios e outras despesas, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e
- o do decréscimo em ativos não financeiros líquidos em 45,4% (-59,3 milhões de CVE), justificado em grande parte pela redução de vendas desses ativos nesse mês.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret	Conta I Trim	Orç. Inicial	Conta I Trim		
1. Total Receitas	52 520	8 493	58 196	11 164	19,2	31,5
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	47 270	8 328	54 215	11 026	20,3	32,4
Impostos	34 895	7 172	41 184	9 540	23,2	33,0
Segurança Social	71	12	71	13	18,6	5,9
Transferências (donativos)	5 250	164	3 982	138	3,5	-16,0
Corrente	3 877	126	2 820	115	4,1	-8,4
Capital	1 373	38	1 162	21	1,8	-44,7
Outras Receitas	12 304	1 143	12 960	1 472	11,4	28,8
2. Total Despesas	63 473	12 003	62 112	13 006	20,9	8,4
Despesas com Pessoal	24 480	5 193	24 326	5 605	23,0	7,9
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	1 466	12 390	1 752	14,1	19,5
Juros Correntes	4 485	975	5 541	1 153	20,8	18,3
Subsídios	1 116	105	1 008	211	21,0	101,8
Transferências	7 847	1 352	6 663	1 145	17,2	-15,3
Corrente	7 277	1 328	6 097	1 102	18,1	-17,0
Capital	570	24	566	43	7,6	76,4
Benefícios Sociais	9 179	2 195	8 316	2 122	25,5	-3,3
Outras despesas correntes	4 075	336	3 868	729	18,9	116,9
Valor a regularizar		381	0	288	-	-24,4
3. Resultado Operacional Bruto	-10 953	-3 511	-3 916	-1 842	47,0	-47,5
4. Ativos não Financeiros	9 863	130	10 217	71	0,7	-45,4
Compra ativos não financeiros	11 353	455	10 625	298	2,8	-34,5
Venda ativos não financeiros	1 490	325	408	227	55,7	-30,2
5. Global Global (1-2-4)	-20 816	-3 641	-14 134	-1 913	13,5	-47,5
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,9	-2,0	-7,5	-1,0	-	-
Saldo Corrente Primario	-7 271	-2 319	1 029	-669	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-4,1	-1,3	0,5	-0,3	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-16 331	-2 666	-8 592	-760	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-11,9	-2,1	-7,5	-1,0	-	-
6. Financiamento	20 816	3 094	14 134	1 587	-	-
6.1 Ativos Financeiros	934	-514	-4 363	1 039	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	11	120	16	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-315	-2 513	-203	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-210	-2 651	-888	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958		681	2114	-	-
6.2 Passivos Financeiros	19 882	3 607	18 497	548	-	-
 Interno líquido	5 402	3 025	11 412	1 779	-	-
Sistema bancário		2 026		295	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-38	-185	-33	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		53		213	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-1 885		-781	-	-
Outras operações de tesouraria		89		481	-	-
Sistema não bancário		2 780		1 603	-	-
 Externo líquido	14 481	582	7 085	-1 231	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	1 547	16 089	432	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-965	-9 005	-1 663	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-547	0	-326	-	-

Fonte: MFFE

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até março de 2022 cifraram-se em 11.390,8 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 29,2%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Conta I Trim	Orç. Inicial	Conta I Trim		
Impostos	34 895	7 172	41 184	9 540	23,2	33,0
Imposto único sobre rendimentos	9 271	1 773	11 230	2 065	18,4	16,4
IR-PS	6 026	1 320	6 799	1 475	21,7	11,8
IR-PC	3 244	453	4 431	590	13,3	30,1
Outros impostos directos	570	99	649	122	18,8	22,4
Tributo Especial Unificado - TEU	570	99	617	122	19,7	22,3
Taxa de Incêndio	-	-	31	0	0,4	-
Imposto sobre bens e serviços	16 886	3 466	20 129	5 017	24,9	44,7
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	2 921	15 826	3 914	24,7	34,0
IVA DGA	7 425	1 741	8 934	2 250	25,2	29,2
IVA DGCI	6 585	1 180	6 892	1 664	24,1	41,0
Imposto consumo especial	1 955	388	2 477	643	26,0	65,9
Taxa de Tabaco	-	-	323	59	18,4	-
Contribuição turística	248	9	475	178	37,4	1 793,7
Taxa ecológica	674	147	728	156	21,4	5,6
Taxa estatística aduaneira	-	-	300	67	22,4	-
Impostos sobre transações internacionais	7 471	1 675	8 407	2 150	25,6	28,4
Direitos de importação	7 154	1 603	8 067	2 062	25,6	28,6
Taxa comunitaria CEDEAO	317	72	340	88	26,0	22,7
Outros impostos	697	159	769	188	24,4	17,7
Imposto de selo	664	154	719	176	24,5	14,3
Imposto especial sobre jogos	33	5	50	11	23,1	115,5
Segurança Social	71	12	71	13,2	18,6	5,9
Taxa social única	0	0	71	0	0,0	719,3
Contribuições para a segurança social	71	12	0	13	-	5,9
Outras Contribuições	0	0	0	0	-	-3,3
Transferências	5 250	164	3 982	138	3,5	-16,0
De Governos Estrangeiros	4 525	62	3 378	52	1,5	-15,5
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	0	0,0	-
Ajuda Alimentar	321	28	300	13	4,4	-53,4
Donativos directos	3 175	33	2 253	38	1,7	16,0
De Organizações Internacionais	218	6	80	18	22,8	226,8
Das Administrações Públicas	508	97	523	68	12,9	-30,3
Outras Receitas	12 304	1 143	12 960	1 472	11,4	28,8
Rendimentos de propriedade	4 922	165	5 444	119	2,2	-27,9
Venda de bens e serviços	6 075	896	5 957	1 223	20,5	36,6
Multas e outras penalidades	212	34	342	55	16,1	62,8
Outras transferências	314	9	337	42	12,4	374,8
Outras receitas diversas e não especificadas	781	40	880	33	3,7	-17,2
Receitas	52 520	8 493	58 196	11 164	19,2	31,5
Ativos e Passivos	1 490	325	408	227	55,7	-30,2
Ativos não Financeiros	1 490	325	408	227	55,7	-30,2
TOTAL RECEITAS	54 010	8 818	58 604	11 391	19,4	29,2

Fonte: MFFE

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até março de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 11.163,8 milhões de CVE, registando um acréscimo de 31,5%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+16,8%), impostos indiretos (+38,8%), segurança social (+5,9%), outras receitas (+28,8%) e por outro lado o decréscimo das receitas em donativos (-16,0%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 16,8% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 1.475,0 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 155,3 milhões de CVE (+11,8%). O acréscimo registado em sede do IRPS reflete o aumento das receitas em quase todos os ramos da atividade económica, excetuando as de eletricidade, construção civil e financeiras/seguro, e da cobrança de valores de anos anteriores negociadas em prestações cujo montante ascendeu cerca de 11 milhões de CVE.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 589,7 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 136,3 milhões de CVE (+30,1%). Este comportamento, deve-se, sobretudo: i) ao aumento da cobrança em sede do pagamento comparativamente ao mesmo período de 2021, em 97 milhões de CVE, embora abaixo do montante previsto em 131 milhões de CVE e ii) ao aumento da cobrança de valores devidos de período anteriores, dos quais 52 milhões de CVE resultaram de pagamentos de valores negociados em prestações.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 121,6 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva de 22,1 milhões de CVE (+22,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior resultante em parte do pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 7 milhões de CVE.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 38,8% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 3.914,0 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 992,5 milhões de CVE (+34,0%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 29,2% (+508,7 milhões de CVE) enquanto que o IVA-DGCI teve um acréscimo de 41,0% (+483,8 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção dos setores da construção civil e do comércio por grosso e a retalho, sendo de destacar, o contributo dos setores de alojamento e restauração (+219 milhões de CVE), de atividades de informação e comunicação (+73 milhões de CVE), da indústria transformadora (+66 milhões de CVE), de transporte e armazenagem (+60 milhões de CVE) e das atividades administrativas e serviços de apoio (+40 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período, atingiu os 20 milhões de CVE, o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto no período, passando de 1.208 em 2021 para 1.421 em 2022. Dos contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto no período (1.421), 1.040 apresentaram variações positivas, 376 variações negativas e 5 variações nulas, em face ao mesmo período do ano anterior, sendo 30 contribuintes responsáveis por mais de 50,0% do total da receita cobrada em sede deste imposto.
- O Imposto sobre Consumo Especial situou-se em 642,9 milhões de CVE, registando uma variação positiva de 65,9% (+255,3 milhões de CVE), na sequência do aumento da importação e do agravamento de taxas.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 177,5 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 168,1 milhões de CVE, o que sinaliza a retoma da atividade turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 28,4% (+475,2 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na

arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 28,6% (+458,9 milhões de CVE justificado pelo aumento da importação, mas também pelo agravamento de taxas), enquanto a Taxa Comunitária CEDEAO aumentou 22,7% (+16,3 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 14,3% (+22,1 milhões de CVE). A receita deste imposto vem mantendo a sua tendência de crescimento, uma vez que, não foi impactado pela pandemia, dada a sua incidência nas operações financeiras, atividade que cresceu com a pandemia.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 11,4 milhões de CVE, registado um aumento de 115,5%, uma vez que, no primeiro trimestre de 2021 a cobrança foi nula. Esta evolução positiva reflete o sinal de retoma da atividade turística, por ser um imposto fortemente condicionado pelo dinamismo desta atividade.
- A Taxa de Tabaco e a Taxa Estatística Aduaneira registaram uma arrecadação de 59,5 milhões de CVE (em face ao agravamento de taxas) e 67,2 milhões de CVE respetivamente.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 137,9 milhões de CVE, correspondendo a um decréscimo de 16,0% (-26,4 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do decréscimo de transferências provenientes de Governos Estrangeiros (-9,6 milhões de CVE), justificado pela redução da ajuda alimentar (-53,4%), pese embora o aumento em 16,0% dos donativos diretos (+5,3 milhões de CVE). Adicionalmente, registou-se um aumento das transferências provenientes de organizações internacionais em 226,8% (+12,6 milhões de CVE), assim como as provenientes das administrações públicas em 30,3% (-29,4 milhões de CVE).

As “outras receitas” verificaram um acréscimo de 28,8% (+328,8 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação das seguintes rubricas:

- Rendimentos de propriedade (-27,9%; -46,1 milhões de CVE), decorrente da redução de arrecadação das receitas de rendas de outras concessões no setor das pescas;

- Venda de bens e serviços (+36,6%; +327,5 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar os serviços médico hospitalares, os emolumentos dos registos e notariado, bem como os emolumentos das custas judiciais; e
- Outras transferências (+374,8%; +33,1 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais em hospitais e nas Forças Armadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em março de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 30,2% (-98,1 milhões de CVE) comparativamente a março de 2021, em face as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda de edifícios das Forças Armadas.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em março de 2022, atingiram 13.304,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 6,8% em relação ao período homólogo de 2021.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Conta l Trim	Orç. Inicial	Conta l Trim		
Despesas com Pessoal	24 480	5 193	24 326	5 605	23,0	7,9
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	4 930	22 206	4 957	22,3	0,5
Segurança Social	2 098	262	2 120	648	30,6	146,9
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	1 466	12 390	1 752	14,1	19,5
Juros Correntes	4 485	975	5 541	1 153	20,8	18,3
Dívida interna	3 343	745	3 413	768	22,5	3,1
Dívida externa	1 044	230	2 052	385	18,8	67,5
Outros encargos	98	0	76	0	0,4	-
Subsídios	1 116	105	1 008	211	21,0	101,8
Transferências Correntes	7 847	1 352	6 663	1 145	17,2	-15,3
Governos Estrangeiros	1 188	8	504	19	3,9	133,8
Organismos Internacionais	465	53	472	4	0,9	-92,4
Administração Pública	6 194	1 291	5 687	1 122	19,7	-13,1
Benefícios Sociais	9 179	2 195	8 316	2 122	25,5	-3,3
Outras Despesas Correntes	4 075	336	3 868	729	18,9	116,9
Valor a regularizar		381	0	288	-	-24,4
Despesas	63 473	12 003	62 112	13 006	20,9	8,4
Ativos e Passivos	11 353	455	10 625	298	2,8	-34,5
Ativos não Financeiros	11 353	455	10 625	298	2,8	-34,5
TOTAL DESPESAS	74 826	12 459	72 737	13 304	18,3	6,8

Fonte: MFFE

3.1.1. Despesas

Em março de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 13.005,8 milhões de CVE, registando um acréscimo de 8,4% em relação ao executado em março de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado de várias rubricas de despesas nomeadamente, outras despesas (+116,9%), subsídios (+101,8%), aquisição de bens e serviços (+19,5%), Juros (+18,3%), despesa com o pessoal (+7,9%) conjugado com a diminuição em Benefícios Sociais (-3,3%), das despesas em transferências (-15,3%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 7,9% (+412,0 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
 - i. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021;

- ii. com o registo atempado das despesas na Assembleia Nacional e Presidência da República bem como a bancarização desse Órgão; e
 - iii. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 19,5% (+285,4 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas: “Assistência Técnica – Residentes” (+91,8 milhões de CVE) com realce no contrato para fornecimento de bens e serviços no âmbito da implementação do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” cujo valor atingiu 103,6 milhões de CVE, em face ao aumento do número de passageiros; “Outros Serviços” (+50,7 milhões de CVE) na sequência da execução do projecto “Ocean Race”; “Material de Consumo Clínico” (+41,1 milhões de CVE), essencialmente, em face ao aumento de despesa com a hemodiálise; “Energia Elétrica” (+31,2 milhões de CVE), como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento; “Deslocação e estada” (+29,6 milhões de CVE) registando uma maior execução, ao nível absoluto, nos ministérios das Finanças e Fomento Empresarial, do Turismo e Transporte, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, do Adjunto do Primeiro- Ministro para Juventude e Desporto, da Agricultura e Ambiente, bem como no Gabinete do Primeiro Ministro; “Produtos Alimentares” (+28,2 milhões de CVE), consumido no âmbito das atividades das Forças Armadas, da FICASE, dos Hospitais e dos Serviços Prisionais; Formação em (+20,2 milhões de CVE), retoma de ação de formação tendo em conta as restrições no âmbito da covid-19 verificadas em 2021; “Assistência técnica - não residente” em +17,0% (+20,0 milhões de CVE), projetos financiados com recursos consignados do Cofre Geral de Justiça, nomeadamente “Instalação do instituto de medica legal e ciência forence”, “cartão nacional de identificação CNI”, “Passaporte eletrónico- PEC” e “Combustíveis e Lubrificantes” (+12,6 milhões de CVE).
- A despesa com os juros da dívida registou um aumento de 18,3% (+178,3 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 67,5% (+155,2 milhões de CVE), comparativamente

ao período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias.

- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 101,8% (+106,7 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2021, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos, no âmbito da Resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” diminuíram 3,3% (-73,0 milhões de CVE), justificado, pela diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 61,1% (-194,2 milhões de CVE) no âmbito do apoio social emergência às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 (RSI) comparativamente a 2021, que foi contrabalançada pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 9,4% (+114,5 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 8,1% (+6,3 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 15,3% (-206,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios realizados anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da Covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da Discriminação Positiva para os municípios com uma população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes.
- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram um aumento de 116,9% (+393,0 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, justificado, essencialmente, pelo aumento dos valores executados nas rubricas Indeminizações (+261,7 milhões de CVE) e organizações não-governamentais (+188,0 milhões de CVE) - no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas de outubro de 2020 e da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, bem como do pagamento das bolsas de estudos e outros benefícios educacionais.

O valor da despesa por regularizar, em março, situou-se na ordem dos 287,9 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas.

3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 298,1 milhões de CVE, equivalente a 2,7% do total do orçamento e registou uma variação negativa em termos absolutos, de 157,4 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 114,1 milhões de CVE; “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 25,2 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 27,0 milhões de CVE; “Preparação e Resposta à Covid-19” com uma execução de 12,9 milhões de CVE; e “Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil - SNIAC” cuja execução é de 7,8 milhões de CVE.

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 93,4% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 6,6% com recursos externos.

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	ORÇ.	Março	Grau Exec.	Peso (%)
Interno	61 480	12 425	30,3	93,4
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	12 339	20,4	99,3
OFN	864	86	10,0	0,7
Externo	11 257	879	7,8	6,6
Donativo	2 444	220	9,0	25,0
Empréstimo	8 523	651	7,6	74,0
Ajuda Alimentar	290	8	2,9	1,0
Total da Despesa	72 738	13 304	18,3	100,0

Fonte: MFFE

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 220,0 milhões de CVE, equivalente a 25,0% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 73,9 milhões de CVE, Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 29,7 milhões de CVE, o Banco Africano de Desenvolvimento 15,9 milhões de CVE, a *Global Environment Fund* com 15,8 milhões de CVE e O. M. S com 12,0 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam a 650,7 milhões de CVE, equivalente a 74,0% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque para os programas “Reforma do Estado” (270,5 milhões de CVE), “Infraestruturas Modernas e Seguras” (127,2 milhões de CVE), “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (75,9 milhões de CVE), “Educação de Excelência” (72,6 milhões de CVE), “Desenvolvimento Integrado da Saúde (29,5 milhões de CVE)” e “Cabo Verde Plataforma do turismo” (20,1 milhões de CVE).

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos inscritos em resposta à covid-19, até março de 2022, totalizaram o montante de 301,1 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 20,5%.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de março, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 60,4%, por empréstimo em 35,6% e por donativos em 4,0%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	54	12	4,0%
Empréstimo	591	107	35,6%
Tesouro	823	182	60,4%
Total Geral	1 467	301	100,0%

Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Prevenção e combate a Coronavírus” (151,6 milhões de CVE);
- “Implementação de rendimento social de inclusão” (84,4 milhões de CVE);
- “Preparação e resposta à Covid-19” (29,5 milhões de CVE);
- “Escola sem Covid” (4,4 milhões de CVE); e
- “Garantia de cuidados de dependentes” (3,9 milhões de CVE)

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

(em milhões de CVE)

FUNÇÕES DO ESTADO	FINANCIADOR	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.%	
07.00.04 - Assuntos económicos	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27	1	5,1	
	Banco Mundial	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0	
07.00.04 - Assuntos económicos Total			47	1	2,9	
07.00.07 - Saúde	Banco Mundial	Preparação E Resposta A Covid-19	188	30	15,8	
	O.M.S.	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	1	0	0,0	
		Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	25	11	42,7	
	Organização Oeste Africana da Saúde	Prevenção E Combate A Coronavírus	1	0	0,0	
	Tesouro		Prevencao E Combate A Coronavirus	464	79	17,0
			Prevenção E Combate A Coronavírus	28	0	0,0
		Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	0	0,0	
		Prevencao E Combate A Coronavirus	190	84	44,4	
07.00.07 - Saúde Total			926	203	21,9	
07.00.08 - Serviços culturais recr	Tesouro	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15	0	0,0	
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total			15	0	0,0	
07.00.09 - Educação	Tesouro	Escola Sem Covid	27	5	17,2	
07.00.09 - Educação Total			27	5	17,2	
07.00.10 - Protecção social	Banco Mundial	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	171	7	4,2	
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	212	70	33,2	
	TESOURO	Garantia De Cuidados De Dependentes	21	6	26,7	
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	48	8	17,7	
07.00.10 - Protecção social Total			451	92	20,3	
Total Geral			1 467	301	20,5	

Fonte: MFFE

5. Dívida Pública

Em 30 de março de 2022, o stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu o montante de 284.282,4 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 86.236,8 milhões de CVE (44,3% do PIB) e à dívida externa 198.045,6 milhões de CVE (101,8% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 146,2%, cerca de 0,4 p.p. abaixo do valor registado em março de 2021.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	março 21	março 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
Estoque Global	264 531,7	284 282,4	7,5	146,6	146,2
Dívida Interna	78 575,7	86 236,8	9,7	43,5	44,3
Dívida Externa	185 956,0	198 045,6	6,5	103,0	101,8

Fonte: MFFE

